

PROJETO | MEMÓRIA EM AÇÃO: AS MINHAS MEMÓRIAS, A NOSSA HISTÓRIA



Foto: Museu de Lagos | Lídia Moreira

ENTREVISTA

JOSÉ VALENTIM ROSADO nasceu na freguesia da Bordeira, concelho de Aljezur, em 1947. Concluiu o Ensino Secundário na Escola Industrial e Comercial de Lagos, teve formação específica na área técnico-sanitária e construção civil, exercendo profissionalmente, como funcionário público.

Foi eleito membro da Assembleia Municipal de Lagos nos mandatos de 1977-1979 e de 1986-1989. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lagos nos mandatos de 1980-1982 e 1983-1985. Foi eleito presidente da Câmara Municipal de Lagos nos mandatos de 1990-1993, 1994-1997, 1998-2001. Foi nomeado governador civil do distrito de Faro entre 2002 e 2005.

Em 25 de Abril de 1974, vivia e trabalhava em Lagos.

DESCRIÇÃO

Código de Referência: PT/ML/AML/C/3/35/000011

Título: Entrevista a José Valentim Rosado

Data: 22/09/2023

Local: Instalações da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos.

Tipo: Entrevista áudio formato M4A

Duração de gravação: 00:39:07

Entrevistador: Museu de Lagos / Patrícia J. Palma

Registo fotográfico: Museu de Lagos / Lídia Moreira

Transcrição: Mário Lino

Revisão e edição: Museu de Lagos / Patrícia J. Palma

Texto revisto e validado pelo entrevistado a 12/04/2024.



ML MUSEU
DE LAGOS

Patrícia de Jesus Palma (PJP): *Senhor José Valentim, muito obrigada pela sua disponibilidade em colaborar com o projeto Memória em Ação, aceitando conversar connosco sobre as suas memórias relativas ao 25 de Abril de 1974. Começo por lhe perguntar: vivia em Lagos no período da transição da ditadura para a democracia?*

José Valentim Rosado (JVR): Sim, vivia e trabalhava em Lagos, nos serviços de saúde, mais precisamente, no Centro de Saúde de Lagos.

PJP: *Tinha que idade?*

JVR: Um juvenzinho, com 27 anos.

PJP: *E como é que lembra a cidade dessa altura?*

JVR: Muito diferente do que é hoje, quer do ponto de vista cultural, social, económica e ambiental. Era uma cidade com evidentes lacunas na área das infraestruturas básicas e dos equipamentos sociais, socialmente fechada, mas, sempre foi uma cidade bonita e de gente boa. Os lacobrigenses, no geral, são boas pessoas.

PJP: *E quais eram as principais atividades económicas que, na altura, orientavam a cidade?*

JVR: Fundamentalmente, a pesca, alguma agricultura, construção civil, comércio e serviços.

PJP: *As conservas?*

JVR: A indústria conserveira entrara, antes, em declínio, dando lugar a atividade turística. O turismo, em Lagos, começou a notar-se em finais da década de 60. Portanto, em 74, estava em fase de crescimento. Existiam, porém, muitas carências ao nível das infraestruturas, nomeadamente, no saneamento básico, com reflexos negativos no Meio Ambiente, na Saúde Pública e na qualidade de vida da população lacobrigense.

PJP: *E o seu envolvimento com a cidade, nessa altura, era exclusivamente a vida profissional, ou tinha outros interesses e outras atividades para além da atividade profissional?*

JVR: Antes do 25 de Abril, não tive grande envolvimento na cidade. Regressara do serviço militar em 1971. A minha geração sofreu a guerra das ex-colónias. Entretanto, fiz uma formação na área da saúde pública, no Instituto Dr. Ricardo Jorge, em Lisboa. Vim trabalhar para Faro, onde efetuei estágio. Fui, entretanto, convidado pelo Delegado Regional de Saúde, de então, para exercer funções na extinta Delegação de Saúde de

Lagos, tendo, aqui, desenvolvido atividade inerentes às funções que me estavam atribuídas. E, naturalmente, acompanhava e participava interessadamente no processo de transição política iniciado em 25 de Abril de 1974, através das várias e diversas ações sociais e políticas. Nunca tive outros interesses.

PJP: *E lembra-se do dia?*

JVR: Seguramente, até com alguma ironia devido à surpresa causada e reações populares. Alguns dias após o 25 de Abril deixara de haver defensores do regime deposto. Os que faziam parte e eram suporte das instituições, do anterior regime, clonaram-se em forças democráticas e progressistas da cidade. Espantoso, não acha? Pessoalmente fiz um percurso natural. Aderi ao então P.P.D. (Partido Popular Democrático), hoje P.P.D./P.S.D. Não fui dos fundadores do Partido, em Lagos. Mas, a partir da minha adesão, envolvi-me ativamente na defesa dos ideais programáticos do Partido e na promoção da Democracia, da liberdade e dos valores da dignidade da pessoa humana: Direitos, Liberdades e Garantias.

PJP: *E lembra-se onde é que foi a primeira instalação do P.P.D. aqui em Lagos, onde é que era a sede?*

JVR: Sim, sim, na Rua da Extrema, num espaço onde hoje existe, salvo erro, uma croissanteria. Alugou-se aquele espaço, aí se instalou a sede do P.P.D./P.S.D. Depois, por circunstâncias de natureza diversa, passámos para a Rua 25 de Abril. E, posteriormente, regressámos à Rua da Extrema, ao edifício conhecido pelo Palácio dos Veigas - que estava devoluto e, com autorização do proprietário, fizemos obras de beneficiação e reparação e lá reinstalámos o P.P.D.

PJP: *E foi logo instalado no pós-25 de Abril ou alguns meses depois?*

JVR: A nível nacional, em maio de 1974, mas, em Lagos, um pouco mais tarde. Na década de 90, acabámos por comprar espaço próprio onde hoje temos a sede: Rua Soeiro da Costa, nesta cidade. Todo o processo foi fruto do esforço valioso dos militantes que emprestaram contributo inegável na consolidação da democracia representativa e instalação das instituições democráticas. A vida democrática não dispensa os Partidos políticos, antes pelo contrário, estes são o seu oxigénio.

PJP: *Lembra-se da participação, sobretudo entre 74 e 76, a movimentação na cidade, a organização em grupos e em partidos? Como é que se lembra desse período?*

JVR: Lembro-me com alegria e muita satisfação, pois, foram tempos duros de luta política e agitados, combatendo a projetos partidários contrários aos ideais em que acreditávamos e defendíamos ser o melhor para: Lagos, o Algarve, Portugal. Dado as

minhas origens rurais, nunca renegadas, destaco o envolvimento local na defesa do sector agrícola através das Assembleias Gerais, intensamente participadas, quer na Cooperativa dos Fruticultores dos Frutos Secos, quer na desaparecida Adega Cooperativa de Lagos. A política jogava-se em vários tabuleiros.

PJP: *Que foi criada nessa altura, ou já existia?*

JVR: Já existiam. Tinham sido criadas pelo anterior regime. Todavia, era urgente democratizar as direções e atualizar os estatutos. Posso aqui lembrar – pois vivi nos dois regimes – que o governo do antes 25 de Abril, especialmente na chamada “Primavera Marcelista”, criou uma certa esperança de abertura na sociedade portuguesa. Embora não asseguradas as liberdades, as garantias e os direitos individuais, exagera-se afirmar que as pessoas andavam completamente assustadas. Faziam as suas vidas dentro dos limites e padrões da época, afastadas da vida política, sob pena da polícia política invadir o espaço privado. Não existiam eleições livres. O sistema de nomeação para cargos políticos funcionava por convite pessoal na base da confiança estando vedadas quaisquer outras formas de intervenção pública. Mas, havia instituições sociais além das cooperativas, sindicatos, Casas do Povo, grémios da lavoura e outras baseadas no modelo de gestão corporativo. As instituições serviam de sustentação ao então regime autocrático, mas nelas residiam algumas, poucas, sementes de apoio a sectores sociais e atividade económica, cujas ações eram orientadas estrategicamente com objetivos bem delineados aos fins desejados. Como sabe, infelizmente, não existem regimes perfeitos e, como tal, devemos optar e preservar pelo que nos garante maiores oportunidades de igualdade, liberdade e progresso social.

É claro que, em todos os tempos se construía hospitais, escolas e bairros de habitação social, em Lagos, as obras físicas e sociais, em maior ou menor grau, são uma constante do progresso e do desenvolvimento económico. Eu próprio fui interveniente direto nesse processo de construção de habitação, dita social, não apenas para a cidade, mas para todo o Município – em que se acabara, em Lagos, com alguns aglomerados sem condições de habitabilidade, funcionalidade inadequadas, impróprias do ponto de vista higieno-sanitário, da qualidade de vida e do bem-estar dos seus ocupantes. Mas, como vê, apesar de tudo, continuam a faltar casas acessíveis ao rendimento das famílias e, também, equipamentos de saúde suficientes, eficientes e eficazes, na prestação de assistência às populações locais. Há que fazer opções e definir prioridades.

PJP: *E nesse combate, no sentido de desenvolvimento da cidade, que sentimentos, que ânimo é que o guiavam?*

JVR: Os meus sentimentos eram guiados pela prestação de serviço à causa pública e do bem-estar ao povo lacobrigense, alicerçada numa base de grande proximidade e entreajuda. Para mim, o exercer o poder tinha como fundamento principal ser útil às pessoas. A administração ao serviço cidadão. A meu ver, essa foi a principal característica pela qual fui eleito pelos lacobrigenses, em 1989 e nos mandatos seguintes, momentos inesquecíveis da minha vida pessoal e política, assumidos com orgulho, agrado, muita satisfação e sentido de responsabilidade. Embora já o tenha expressado publicamente, aqui fica, mais uma vez, um redobrado e sincero agradecimento a todos os lacobrigenses aos quais desejo, como sempre, tudo do melhor, pelas manifestações de simpatia e de amizade que me sensibilizam.

PJP: *E, nas primeiras eleições, em 76, participou?*

JVR: Participei como votante e como candidato. Fui candidato à Assembleia Municipal de Lagos, no mandato de 76 a 79, o único eleito do P.P.D.

Recomendo se estude aquela primeira Assembleia Municipal, pois foi o primeiro órgão autárquico democrático a ser instalado no município. Os membros eleitos, pessoas de profissões diversificadas, muito determinadas na defesa dos seus ideais e na busca de soluções práticas na resolução das legítimas aspirações da população. Alguns poucos, onde me incluo, ainda se encontram vivos. Foi uma boa escola da democracia local. Os eleitos na Assembleia, de grande predominância Socialista e Comunista. Como atrás disse, era o único P.P.D. naquele órgão, isso permitia-me interpretar papéis variados a que eles (adversários) chamavam de “Acácio Barreiros” na Assembleia Municipal de Lagos (risos). Sublinho que o facto de ser militante do P.P.D., o exercício da função era liberto de jogos político-partidários, prática – reconheço - não habitual nos Partidos políticos. A minha atuação política obedeceu a valores pragmáticos de raiz humanista, voltada para as pessoas e para a prestação do serviço público, tendo-me esforçado em praticá-la coerentemente, porventura, nem sempre conseguido.

PJP: *E no dia-a-dia, como é que foi fazer parte da instalação da primeira Assembleia Municipal? As coisas do dia-a-dia, porque era uma experiência completamente nova...*

JVR: Sim, mas as rotinas diárias eram competência do presidente da Mesa Assembleia Municipal, que foi assumida pelo Dr. João Vasco Gracias, advogado, nesta cidade, socialista e democrata, que recorro com admiração e muito nos ensinou, especialmente a mim, pelo seu modo de atuação e condução dos trabalhos reveladoras de grande espírito democrático, sentido de tolerância e muita sabedoria com que ouvia as minhas (e dos outros) por vezes impertinências e inconveniências pseudopolíticas (risos). Eram tempos políticos difíceis!...

Quanto ao golpe dos militares no 25 de Abril, para mim, aqui em Lagos, foi uma surpresa que fui acompanhando através dos meios de comunicação social com especial enfoque nas notícias transmitidas pela rádio, televisão e jornais.

PJP: *E como é que teve a notícia? Foi pela rádio?*

JVR: De manhã, como habitualmente fui para o trabalho e vi e ouvi as pessoas expressarem-se de forma diferente: “– Ah, um golpe de Estado! Vamos todos para a rua!” A curiosidade era tanta que alguns dos serviços públicos encerraram. Na altura, no café Restauração, ponto de encontro social, onde as notícias se transmitiam de pessoa a pessoa e muitas opiniões foram surgindo cada vez mais soltas e libertas. Depois da surpresa e interrogação iniciais, começaram a surgir prontamente os movimentos populares, novas realidades e novos comportamentos sociais: reuniões, debates políticos, grandes comícios públicos...

PJP: *Como é que lembra a participação das pessoas nessa fase, do cidadão comum?*

JVR: Ah! As pessoas aderiram na sua esmagadora maioria. Houve uma adesão popular muito grande, ninguém queria ficar para trás. Grandes comícios, na praça Gil Eanes, em que, esta estava completamente cheia. Era a surpresa, a novidade, muita expectativa e esperança num futuro melhor. Provavelmente, hoje não se conseguirá lá juntar 50 pessoas (risos). Sinais dos tempos.

PJP: *Já aqui nos falou desse contributo inicial de 1974-76, em que fez parte da constituição do poder autárquico, que é um dos legados da democracia, o poder junto do cidadão...*

JVR: É verdade, desde muito cedo tive a consciência da importância e valia do Poder Local e da sua utilidade na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações, na satisfação das suas legítimas aspirações e do bem-estar e progresso social nas suas múltiplas vertentes: económica, histórica, sociocultural, desportiva e ambiental.

PJP: *E manteve-se sempre na vida política desde 76 a 89, ou há aí um interregno?*

JVR: Estive sempre. Saí da vida política ativa, salvo erro, por volta de 2006/7, por entender não estarem reunidas as condições suficientes para continuar. Estava na hora de dar lugar aos mais jovens. Exerci funções com membro da Assembleia Municipal, mas também com vereador da Câmara. E, quando me candidatei a presidente da Câmara, já dispunha de larga experiência no Poder Local.

Aproveito para deixar, aqui, uma palavra de apreço, democrático, ao meu antecessor, José Alberto Baptista, com o qual trabalhei, como vereador eleito, e apesar das

divergências partidárias, mantivemos cordiais relações políticas no exercício das funções que a ambos estavam legalmente cometidas. Nunca deixei de dar e receber colaboração e apoio político naquilo que, do meu ponto de vista, era de relevante interesse para a cidade, independentemente da cor política de cada um. Os interesses gerais do Município sobrepõem-se a interesses dos Partidos. Não colocava os interesses do Partido acima dos interesses dos lacobrigenses. Vejo os Partidos como instrumento de conquista do poder para servir a coisa pública.

E, nessa altura, a cidade continuava a padecer de graves mazelas que eram urgentes combater, ao nível habitacional e do saneamento básico. Os esgotos corriam diretamente para a Ribeira de Bensafrim, junto à avenida. No Chinicato havia uma lixeira a céu aberto com inconvenientes graves na saúde pública e no ambiente. Estamos a falar de finais dos anos 80, com a explosão turística era inaceitável manter aqueles focos de insalubridade ambiental, haveria, pois, que atuar com urgência e celeridade na escolha dos necessários remédios. A senhora é uma jovem, não é? Desconhece este passado, como muitos jovens. Daí os meus parabéns por este seu trabalho de memória histórica. Foram realmente grandes desafios com bons resultados obtidos graças ao esforço e desempenho político, e técnico e demais serviços municipais, em geral. É fácil denegrir os agentes políticos do poder local, mas a estes se devem parte significativa das grandes ações transformadoras, a todos os níveis, no território nacional.

Tudo isto é transversal ao exercício autárquico (Poder Local). Quanto ao presidente da Câmara, José Valentim, foi realmente a concretização de um ideal com vista à construção e transformação da melhoria das condições de vida dos lacobrigenses através de ações planeadas e executadas dirigidas ao serviço do bem comum e geradoras de resultados de progresso social e prosperidade municipal, inapagáveis. Foi assegurar às populações em quantidade e qualidade a melhoria do abastecimento à água potável, ao tratamento das águas residuais, da recolha e tratamento dos resíduos sólidos, do acesso à habitação, equipamentos de saúde e de cultura.

Minha senhora, tudo isto foi um trabalho coletivo gigantesco apesar dos escassos recursos financeiros, à época. Do investimento na habitação, destaco, entre muitos outros, o bairro dos Moinhos – junto à Rotunda das Cadeiras, que é monumento ao 25 de Abril, construído durante o nosso mandato – realojando 54 famílias que viviam em condições infra-humanas, junto ao cemitério, vulgo bairro da lata. Foi das promessas eleitorais que maior satisfação me proporcionou. Não deve ter ouvido falar, mas a sua colega seguramente que sim, ou, pelo menos, através dos pais. Faz parte da história do Poder Democrático Local. De resto, são ações destas que nos devem orgulhar, passo a explicar: não esqueço que em 1959/60, filhos daquelas famílias foram meus colegas na

ex-Escola Industrial e Comercial de Lagos. Imagina a grande alegria passados tantos anos ter sido a Câmara por mim presidida a pôr fim àquela situação que indefinidamente se arrastara no tempo?

Também não esqueço as dificuldades percorridas para tirar o curso da Escola Industrial e Comercial; era quase tão ou mais difícil como hoje tirar uma licenciatura. E, tal como hoje, havia dificuldades no alojamento para os alunos quando deslocados da família, sem subsídios nem bolsas de estudo. As dificuldades financeiras das famílias, à época, eram enormes e os apoios sociais inexistentes. Embora a níveis diferentes continuem a existir problemas e dificuldades semelhantes, especialmente para quem tem os filhos a estudar na Universidade. Houve grandes avanços, é certo, mas continuam insuficientes.

Transmitir e dar a conhecer aos jovens que no passado, os velhos de hoje, enfrentaram e superaram muitas dificuldades e que facilidades só para alguns poucos, para a maioria quase tudo era inacessível. As novas gerações devem, pois, conhecer e valorizar a história vivida pelos seus progenitores afastados, avaliar, respeitar e refletir, evitando processos fáceis, uma vez que o progresso conquistado não é só um mar calmo, chão, onde se navega e toma banho com alegria e muito bom exercício físico, mas não é, preparem-se para as ondas revoltas. Enfim, já falei bastante. Diga-me lá.

PJP: *Quando se candidata, em 1989, era guiado por essa vontade de criar infraestruturas básicas no concelho?*

JVR: Como atrás fica longamente dito foi por isso, mas não só. Ainda hoje sou sonhador mesmo com esta avançada idade. O sonho comanda a vida, diz o poeta. Isso faz parte de nós, está na genética, na nossa maneira de estar na vida e na sociedade. Por vezes, ainda fico transtornado quando me dirijo aos serviços públicos e noto tratamentos impróprios, comportamentos inaceitáveis da parte de responsáveis da administração esquecendo no essencial as suas obrigações de serviço público às populações que pagam os impostos e suportam os custos da burocracia administrativa do Estado. A introdução de novas tecnologias e digitalização na administração, que se apoia, deverá ter presente que os cidadãos, infelizmente, nem todos a sabem usar e que isso não poderá impedi-los no acesso aos serviços a que têm direito, como acontece, repetidas vezes, com prejuízo sempre dos utentes.

PJP: *E que limita o acesso a muitos dos serviços e muitos dos direitos que os cidadãos têm?*

JVR: Pois claro. Devem os responsáveis máximos da estrutura orgânica desses serviços ter a consciência plena de que eles estão ali para servir e, sobretudo, melhorar e ajustar

os métodos de procedimento aos utentes mais fracos e de maiores dificuldades, porque os outros, como saberá, sempre se “desenrascam”.

A minha preocupação primeira foi combater os abusos de exercício de poder que infelizmente geram injustiças e oportunismos. Exemplifico: no regresso da guerra colonial, em 1971, numa instituição pública, constatei que pais de combatentes iam receber o subsídio que os filhos mensalmente remetiam. Contudo, eram necessárias duas assinaturas abonatórias uma vez que não sabiam ler nem escrever. Logo surgiram as ditas testemunhas oficiosas que, por cada assinatura, cobravam um montante significativo, prosperando à custa do analfabetismo dos seus concidadãos. Isto foi no passado, mas, no presente, subsistem casos análogos, facto que me indignou e de imediato comecei a proceder à assinatura gratuita de todos os documentos apresentados e, pelo menos, naquele dia, o negócio teve perdas na ordem dos 50%. Isto marcou o meu crescimento alertando-me para as práticas injustas.

PJP: *Faziam daquilo um negócio?*

JVR: Nem mais. Combater estes oportunismos foi algo que sempre me motivou. Talvez por isso ingressei nos serviços públicos onde exerci várias funções de natureza profissional e política, cuja carreira muito prezo, mantendo-me atento aos abusos e prepotência eventualmente praticadas nos serviços de que era responsável, quer nos serviços de saúde, quer como presidente da Câmara Municipal de Lagos, ou como governador civil do distrito de Faro.

PJP: *Como é que foi a experiência de governador civil?*

JVR: Completamente diferente. Enquanto que na Câmara Municipal o presidente preside ao órgão executivo, executa e determina, dispõe de orçamento e competências próprias, tem legitimidade política sufragada pelo voto popular e autonomia nos termos legais. Faz e manda fazer. No Governo Civil, era mais diplomacia e representação – sem dinheiro, não há poder! (risos) E, então, exercer a função passava pela capacidade de influenciar o poder dos outros. Muitas vezes, estava em cima de uma prancha a flutuar, sabendo que se a prancha virasse podia morrer afogado...

PJP: *Foi entre que anos?*

JVR: De 2002 a 2005. O governador civil – agora está extinta essa função – era o representante do governo no Distrito. E, como tal, era nomeado pelo Governo. O Dr. Durão Barroso foi primeiro-ministro do XV Governo Constitucional que tive a honra de representar no Algarve. Foi interessante. Todas as funções são interessantes, desde que saibamos percebê-las e enquadrá-las.

PJP: *Como é que se sentiu, que maior desafio sentiu no Governo Civil? O que é que o marcou, por alguma razão, no exercício do cargo como governador civil?*

JVR: Bem, os políticos gostam de enumerar grandes obras e outras realizações de vulto para ficarem na história. Ora, o postulado no Governo Civil não era esse. As competências, embora muitas, eram demasiado genéricas. Ao Governador competia presidir o Conselho Distrital de Segurança e da Proteção Civil Distrital. Supervisão e acompanhamento das reclamações relevantes expressas pelos setores da sociedade civil, reuniões com membros do governo apresentando sugestões para a resolução de situações de elevada importância para o desenvolvimento e progresso do distrito, ou eventuais bloqueios burocráticos. Função discreta sem protagonismos pessoais. Relativamente a desafios, recorro a calamidade dos incêndios, a preparação do plano regional ao combate destes, quase sempre de resultados imprevisíveis.

Em todos estes anos de serviço público tentei, de uma maneira geral, ser coerente, transparente nas decisões e nas ações executadas com sentido de responsabilidade e disponibilidade. Não seguia modelos, mas adorava ir ao encontro das pessoas e resolver as suas necessidades urgentes, ou seja, gostava de realizar obra física, mas o que mais me enriquecia emocionalmente era receber um telefonema a dizer: “- Sr. Presidente, andei consigo na escola! E estou aqui numa cadeira de rodas nesta casa, no Chinicato, e não posso deslocar-me na minha casa porque as portas não abrem. Preciso que me ajude!”. “- Está bem. Às cinco horas vou estar aí.”

E, às cinco horas, como prometido lá estava. Reencontro alegre e, ao mesmo tempo, triste por ver uma colega de escola debilitada nas suas funções de mobilidade. Analisei a situação, assumi a responsabilidade e determinei a criação de condições funcionais para a sua ocupante. Não foi única. Tenho vários outros casos semelhantes.

São estas pequenas, grandes obras, a meu ver, que valorizam e engrandecem o Poder Local aos olhos dos cidadãos, melhorando um pouco mais a sua qualidade de vida, ultrapassando obstáculos que por si só seriam inultrapassáveis. Gostava imenso destas pequenas intervenções sociais por darem respostas a pessoas humildes com inúmeras dificuldades, que, de outro modo, esperariam tempos infinitos pelas decisões que percorrem os corredores lentos da burocracia. Deu-me muito trabalho manter continuamente esta relação de proximidade, mas, confesso, era do meu maior agrado e preenchia plenamente o meu estado de espírito.

PJP: *Só para terminarmos, pois foi muito claro sobre estes assuntos sobre os quais nós gostávamos de o ouvir, uma coisa muito simples: tem, nomeadamente da época do 25 de Abril e desta fase inicial, algum objeto especial que possa partilhar?*

JVR: Pessoalmente, não cultivo hábitos de colecionador. O passado passou, sou mais do presente e futuro. No entanto, nesta cidade existem seguramente muitos desses objetos de referência histórica. Estou a lembrar-me do Zé Manel Freire, que já falou comigo sobre essa questão. O Zé Manel é dessas coisas, é o homem forte do P.C.P. local. Eu discordo dele – politicamente – a 100 por cento ou a 200 – mas, como pessoa, admiro a sua luta e perseverança, quero-lhe bem e desejo o melhor para ele e sua família. Não sei do meu arquivo, a minha mulher assumia essa responsabilidade, mas penso que se cansou. Estamos casados há quase 50 anos, também não é fácil hoje estar casado durante tanto tempo. O mundo em mudança.

PJP: *Já fez as Bodas de Ouro?*

JVR: Não fiz ainda, mas quero fazer. Quanto ao arquivo pessoal penso que a minha mulher – como quase todas as mulheres – de vez em quando faz limpeza dos arquivos mortos. Talvez nessas limpezas fossem arrastadas papelada desvalorizada.

PJP: *Então, se encontrar alguma coisa que possa ser significativo, que nós possamos fotografar, registar, que possa ser divulgado, claro, teremos muito gosto e interesse em fazê-lo.*

JVR: Sim, claro, mas sem compromisso. Além do Zé Manel Freire, sugiro contacto com os herdeiros do senhor Silvestre Ferro, tinha arquivo organizado e julgo que cultivava paixão de colecionar, não sei se lembra dele?

PJP: *Sim, o autor do livro sobre a toponímia.*

JVR: Objetivamente, o responsável pela comissão de toponímia designado pela Câmara Municipal, por proposta minha, apesar de pertencer a Partido adversário, mostrou abertura e disponibilidade para fazer esse trabalho a bem do Município. Era-lhe reconhecida a competência e a vontade de fazer coisas. Havia falta de competências profissionais nas áreas culturais como o Museu, o Centro Cultural, obra emblemática concretizada nos nossos mandatos, a Biblioteca municipal, o Arquivo municipal. Apesar da abertura de concursos públicos não apareciam concorrentes. Estamos a falar de um período em que – historicamente, foi ontem, mas, em que não havia recursos humanos como hoje, em abundância, felizmente que assim é. A cidade de Lagos tem um enorme potencial para desenvolver. Poucas cidades têm um património histórico cultural da nossa dimensão. Necessita de vontade e de um projeto estruturante estrategicamente assumido pelos atores políticos locais. Mãos à obra! Sra. doutora, veja se quer mais alguma coisa?

PJP: *Senhor José Valentim, muito obrigada pelo testemunho que aqui nos deixou.*

JVR: A minha preocupação foi, no essencial, prestar alguma informação avulsa, que existe nos arquivos municipais e, também, transmitir alguns traços, para memória histórica futura, do carácter, comportamento e perfil político deste cidadão, que teve a subida honra de servir os seus concidadãos, por vontade própria destes. Portanto, alguns episódios descritos, outros objetivos não têm que não sejam puderem ser estudados e avaliados por especialistas competentes na área das ciências humanas. É grande a ambição, estou disso consciente. Lembro, todavia, que neste tempo pós 25 de Abril, fui o único militante do P.P.D./P.S.D., que venceu as eleições para presidente da Câmara Municipal de Lagos. Todas as outras foram ganhas pelos candidatos do Partido Socialista. Logo, humildemente, isso, a meu ver, deverá ter algum significado, qual será? Não sei, nem é para mim importante. Repare, porém, nesta expressão de um cidadão comum: “– Eh pá, você vai ganhar as eleições!” E eu dizia: “– Então, porquê?” “– Então, toda a gente o conhece!” Hoje, já não. Mas, de facto, eu conhecia praticamente todas as pessoas do município. Pelo nome, inclusive. Outra novidade que devo realçar sobre a minha conduta para com os adversários políticos, prende-se com o facto de vencer as eleições com maioria absoluta, mas, mesmo assim, distribui pelouros pelos vereadores dos outros Partidos. Independentemente das bandeiras partidárias, nunca fechei portas a quem quisesse colaborar e trabalhar para o progresso municipal. Tem leituras políticas, seguramente! No entanto, sou assumidamente o militante 836 do P.P.D./P.S.D., a nível nacional, faz 50 anos, no corrente ano. Companheiros meus foram insultados, acusados de fascistas, de reaccionários, defensores dos ricos, enfim, um sem número de injúrias. Nunca me senti verbalmente agredido diretamente. O meu trabalho profissional exigia contacto próximo com as pessoas, promoviam-se reuniões de educação sanitária e de higiene do meio ambiente, controle da tensão arterial e despiste da diabetes, entre muitas outras muitas tarefas.

PJP: *Ia às várias freguesias?*

JVR: Sim, a todas!

PJP: *Ia às casas ou às Juntas?*

JVR: Faziam-se reuniões públicas, num salão, com a presença dos médicos de saúde pública (estagiários do serviço médico à periferia) por mim apresentados: “- Está aqui o Sr. Dr. tal, o Sr. Dr. tal” e eu fazia a minha palestrinha e, depois, atendiam os presentes consoante as necessidades

PJP: *E isso em todas as freguesias?*

JVR: Sim. E falava-se em higiene pública, em alimentação saudável, na qualidade dos produtos agrícolas. Muita da produção era da agricultura tradicional e familiar. Isto era das tarefas que me estavam atribuídas, há uns 40 e tal anos. Hoje, os serviços de saúde perderam essas competências, a produção agrícola circula em contentores que são despejados nos supermercados cujo controle de qualidade espera-se que seja eficaz. Vai longa esta nossa conversa, está, pois, na hora de a terminar esperando que dela seja extraída alguma utilidade. Do que se disse e do muito que haveria para dizer, acrescento: Estou contente, por ora, sinto-me bem.

PJP: *Senhor José Valentim Rosado, muito obrigada.*

Referência para citação: MUSEU DE LAGOS / PALMA, Patrícia de Jesus – *Entrevista a José Valentim Rosado*. 2023/09/22. 12 p. Acessível, com ref.^a PT/ML/AML/C/3/35/000011, em <https://abrir.link/IaKdm>.